



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 120

QUINTA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	10013
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	10025
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10028
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	10069
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	10092
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	10093
EDITAIS E AVISOS.....	10098

Supremo Tribunal Federal

Presidência

DISTRIBUIÇÃO

SEXAGÉSIMA SÉTIMA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1992. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, I RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

SS 000510-3/260 CE
REQTE : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA
REQDO : RELATOR DO MS 5.386 DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
IMPTE : HELCI DE CASTRO SALES
REGISTRADO

MINISTRO	REGIST.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	01			01
TOTAL	01			01

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE DOBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASÍLIA, 22 DE JUNHO DE 1992

MINISTRO SYDNEY SANCHES
PRESIDENTE

Primeira Turma

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 19 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno para julgamento a partir da próxima sessão contendo os seguintes processos:

RMS 21.478-3 - DF
Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Recte.: Jaime de Oliveira e outros (Advs.: Roberto de Figueiredo Caldas e outros). Recda.: União Federal.

RE 118.010-2 - SP
Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Rectes.: Estado de São Paulo (Advs.: Renato Franco do Amaral Tormin e outros). Recdos.: João Justino e s/mulher (Advs.: Agnello Herton Trama e outros) e Luiz Franco (espólio de) (Adv.: Ricardo Mangonato Naldi).

RE 149.049-7 - RJ
Rel.: Ministro Ilmar Galvão. Recte.: José Tomaz Neto (Adva.: Marisa Alves Ribeiro). Recda.: União Federal (Adv.: Procuradoria da Fazenda Nacional).

Brasília, 23 de junho de 1992.

RICARDO DIAS DUARTE
Secretário

Segunda Turma

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 16 - Elaborada nos termos do artigo 83 do Regimento Interno para julgamento a partir da próxima sessão contendo os seguintes processos:

RMS 21.313-2 - DF
Rel.: Ministro Néri da Silveira. Recte.: Evina Lopes Tranqueira (Advs.: Ulisses Borges de Resende e outros). Recda.: União Federal.

RMS 21.486-4 - DF
Rel.: Ministro Néri da Silveira. Recte.: Pedro Roberto Raffe Machado (Adv.: José Danilo Carneiro). Recdo.: Ministro da Aeronáutica.

RE 105.844-7 - SP
Rel.: Ministro Néri da Silveira. Recte.: Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo (Advs.: Carlos Robichez Penna e Márcia Heloisa P. S. Buccolo). Recdes.: Banco do Estado de São Paulo e outros (Advs.: Luiz Carlos Bettiol, Luiz Eduardo Lopes da Silva e outros).

RE 114.868-3 - SP
Rel.: Ministro Carlos Velloso. Recte.: Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS (Advs.: José Ferreira da Silva e outro). Recda.: Lucy Carneiro (Advs.: Michel Temer e outros).

RE 121.639-5 - MA
Rel.: Ministro Francisco Rezek. Recte.: Estado do Maranhão. (Adv.: Walber Carvalho de Matos). Recdo.: Antônio Santos (Adv.: Raimundo Arruda Gomes de Sá).

RE 140.457-4 - SP
Rel.: Ministro Francisco Rezek. Recte.: José Maria Damacena (Adv.: Antônio Ribeiro). Recdo.: Ministério Público Estadual.

Brasília, 23 de junho de 1992.

JOSÉ WILSON ARAGÃO
Secretário

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

(Petição PG-STF nº 15281) (RE /0127624-0) PE

RELATOR: MIN. ILMAR GALVÃO
 RECTE: UNIAO FEDERAL
 RECD: MULTIFABRI NORDESTE S/A
 ADV: MARCEL PEDROSO E OUTROS

DESPACHO:

O recurso extraordinário já foi julgado por despacho publicado no DJ de 25.05.92, já tendo os autos baixado à origem. Arquive-se a petição. Publique-se.

Brasília, 17/06/92.

Ministro ILMAR GALVÃO
 Relator

Pet. 015.282 RE 149.068-3-MG

Recte: Companhia Siderúrgica Pains. Recda: União Federal.

Despacho:

1. Os pressupostos de recorribilidade são analisados considerando o prazo relativo à interposição do recurso. A dinâmica e a organicidade que norteiam o direito obstaculizam a juntada requerida, valendo notar a impossibilidade de a esta altura vir a ser complementado o Acórdão atacado mediante o extraordinário.

- Indefiro a juntada aos autos destas peças.
- Publique-se.

Brasília, 16.06.92
 Ministro MARCO AURÉLIO
 Relator

Petição PG-STF nº 15289 (RE /0148963-4) MG

RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO
 RECTE: UNIAO FEDERAL
 ADV: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
 RECD: CASA DOS PESCADORES LTDA E OUTROS
 ADV: JOSE CARLOS LOPES MOTTA

DESPACHO:

- Tomo esta peça como memorial, indeferindo a juntada aos autos.
- Publique-se.
 Brasília, 16/06/92.

Ministro MARCO AURÉLIO
 Relator

Petição PG-STF nº 15366 (RE /0135780-1) SP

RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO
 RECTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE SAO PAULO IPESP
 ADV: SILVIA DE SOUZA PINTO BOLOGNA E OUTROS
 RECD: LAZARA MARIA ESPIGARI
 ADV: CLAUDINEU DE MELO E OUTROS

DESPACHO:

- Informe-me a Secretaria competente do Tribunal a tramitação do processo, considerada a data de entrada e o estágio no qual se encontra.
- Publique-se.
 Brasília, 16/06/92.

Ministro MARCO AURÉLIO
 Relator

Petição PG-STF nº 15633 (RE /0143840-1) SP

RELATOR: MIN. ILMAR GALVÃO
 RECTE: UNIAO FEDERAL
 ADV: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
 RECD: TECHINT ENGENHARIA S/A
 ADV: ROGERIO BORGES DE CASTRO E OUTROS

DESPACHO:

- Os autos já baixaram ao Tribunal Regional Federal da 5ª. Região em 10.06.92.
- Arquive-se a petição.
- Publique-se.
 Brasília, 17/06/92.

Ministro ILMAR GALVÃO
 Relator

HABEAS-CORPUS

HABEAS CORPUS Nº 69.537-0 RIO DE JANEIRO

Impte.: José de Ribamar Pereira - Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Pacte.: José de Ribamar Pereira.

DESPACHO: Trata-se de habeas corpus que constitui clara e inequívoca reiteração de pedido anterior, que foi indeferido pelo Supremo Tribunal Federal.

Os diversos fundamentos em que se assenta a pretensão do ora impetrante - bem realçados em sua petição e corretamente sintetizados nas informações prestadas pelo órgão apontado como coator (cerceamento de defesa, decreto de deserção da apelação interposta pelo paciente, indeferimento de perícia contábil, denegação de adiamento da sessão de julgamento, reformatio in pejus e aumento de pena não pleiteado pelo Ministério Público) - são, precisamente, os elementos que motivaram a formulação, perante esta Corte, do HC 67.714-2-RJ, de que fui Relator, cujo acórdão, emanado da Colenda 1ª Turma, está assim ementado (fls. 221/222), verbis:

"EMENTA: HABEAS CORPUS - PEDIDO INDEFERIDO - RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFESA - CONDENAÇÃO PENAL AGRAVADA POR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ALEGAÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS - INOCORRÊNCIA.

- A norma inscrita no art. 617 do Código de Processo Penal obsta o agravamento da pena quando somente o réu haja apelado da sentença. O objetivo dessa regra legal consiste em impedir que os Tribunais onerem a situação jurídico-penal dos acusados quando destes - exclusivamente destes - for a impugnação recursal deduzida.

A incidência da norma proibitiva da reformatio in pejus supõe, necessariamente - ao lado da impugnação recursal deduzida pelo réu -, a inexistência de recurso da Acusação, pois, em havendo este, nada impedirá - como no caso - que o Tribunal ad quem, ao provê-lo, agrave a situação jurídico-penal do acusado.

JULGAMENTO ULTRA PETITA - INOCORRÊNCIA - TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM.

- O Código de Processo Penal, ao dispor sobre a devolutividade das apelações criminais, preceitua que estas poderão ser interpostas quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele (art. 599).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN
 SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604-900 - Brasília/DF
 Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
 Telex: (061) 1366
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
 Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
 Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
 Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 92.000,00	Cr\$ 23.400,00	Cr\$ 83.600,00	Cr\$ 93.300,00	Cr\$ 147.700,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 23.760,00	Cr\$ 42.240,00	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 87.120,00
Aéreo	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 62.700,00	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 229.020,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM
 Telefone: (061) 226-6812
 Horário: 7:30 às 19:00 horas

Por todo o exposto e com supedâneo no § 5º do art. 896 Consolidado, NEGÓ SEGUIMENTO AO AGRAVO.

Publique-se.

Brasília-DF, 16 de junho de 1992.

LAURO DA SILVA DE AQUINO
Juiz Convocado - Relator

AI-51.686/92.6

AGRAVANTE: MANNESMANN FI-EL FLORESTAL LIMITADA

Advogado: Dr. Mauricio Martins de Almeida

AGRAVADA: JOSEFINA PERES OLIVEIRA

Advogado: Dr. José Roque Silva

DESPACHO

Contra o v. despacho de fls. 42, que inadmitiu seu recurso de revista por deserção, agrava de instrumento a reclamada.

Não merece ser conhecido o presente instrumento posto que a ora agravante deixou de providenciar o traslado de peça essencial ao deslinde da controvérsia, qual seja: o despacho de fls. 116 que determinou o acréscimo à condenação para fins de complementação das custas processuais e do depósito recursal, incidindo a hipótese o disposto no Enunciado nº 272 da Súmula do TST.

Com fulcro no Enunciado nº 272/TST e § 5º do art. 896 Consolidado, NEGÓ SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 1992.

LAURO DA SILVA DE AQUINO
Juiz Convocado - Relator

AI-51.759/92.3

AGRAVANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Procurador: Dr. Jorge Estafane B. de Oliveira

AGRAVADOS: NABIA MARIA PENA E OUTROS

Advogado: Dr. Jorge Luiz Pereira

DESPACHO

Trata-se de Agravo de Instrumento promovido pela reclamada contra o v. despacho de fls. 32 que inadmitiu seu recurso de revista ante a incidência do Enunciado nº 38 da Súmula do TST.

Com efeito, não merece prosperar a revista da reclamada eis que vem fulcrada tão-somente em dissenso jurisprudencial e o único aresto trazido a cotejo não traz sua origem e fonte de publicação, desobserando contido no Enunciado nº 38/TST.

Pelo exposto e com supedâneo no § 5º do art. 896, da CLT, NEGÓ SEGUIMENTO AO AGRAVO.

Publique-se.

Brasília-DF, 16 de junho de 1992.

LAURO DA SILVA DE AQUINO
Juiz Convocado - Relator

AI-51.762/92.5

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE JACINTO

Advogado: Dr. Merivaldo Ferreira Damacena

AGRAVADO: ZENILTON DIAS

Advogado: Dr. Júlio Souza Soares Filho

DESPACHO

Contra o v. despacho de fls. 55/6 que inadmitiu seu recurso de revista, ante a incidência dos Enunciados nºs 297, 221 e 296 do TST, agrava de instrumento o reclamado.

Contudo, não merece prosperar o presente instrumento, eis que o ora agravante não providenciou o traslado da certidão de publicação do despacho denegatório, não sendo possível, deste modo, averiguar-se a tempestividade do agravo.

Assim sendo, e com fulcro no Enunciado nº 272/TST e no § 5º do art. 896 Consolidado, NEGÓ SEGUIMENTO AO AGRAVO.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 1992.

LAURO DA SILVA DE AQUINO
Juiz Convocado - Relator

RR-30.947/91.7

RECORRENTE: INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DA AMAZÔNIA S/A

Advogado: Dr. Hugo Mosca

RECORRIDO: JOÃO GILBERTO GARRIDO MELGUEIRO

Advogado: Dr. Luiz Carlos Pantoja

DESPACHO

Insurge-se a empresa, via revista (fls. 74/83), contra decisão regional que lhe negou provimento ao recurso ordinário (fls. 69/71), confirmando a despedida imotivada e declarando o direito do reclamante às verbas indenizatórias e aos salários vincendos correspondentes a estabilidade de 90 (noventa) dias assegurada por cláusula normativa em vigor, não aplicados, porém, os 187,90% (cento e oitenta e sete virgula noventa por cento) de reajuste, porquanto suspensos pelo TST, através da MC-11920/90.9.

A deserção impede, contudo, o conhecimento do apelo. Se não vejamos: arbitrado o valor da condenação em Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), somente foram depositados Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) ao tempo do apelo ordinário e Cr\$ 276.000,00 (du-

zentos e setenta e seis mil cruzeiros) quando do ajuizamento da revista, em 23/05/91. Ocorre que, nessa época, já vigoravam os critérios estabelecidos pelo art. 40 da Lei nº 8.177/91, relativamente ao depósito recursal, cuja finalidade precípua, de garantir o juízo, não pode ser distorcida em favor do patronato. E não se diga que a parte final do inciso II da Instrução Normativa do TST vem em socorro da reclamada; pois a dispensa do recolhimento de novas quantias somente tem sentido quando, já por ocasião do recurso ordinário, a sucumbente efetua depósito no valor total da condenação, o que não se verifica na presente hipótese, como exposto.

Portanto, no exercício da faculdade que me é conferida pelo § 5º do art. 896 da CLT, NEGÓ SEGUIMENTO à revista.

Publique-se.

Brasília, 17 de junho de 1992.

LAURO DA SILVA DE AQUINO
Juiz Convocado - Relator

PROC. nº TST-RR-49.902/92.7

Recorrente : BARBER GREENE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Advogado : Dr. Ailton Trevisan

Recorrido : JOSÉ BARBOSA DA SILVA

Advogado : Dr. Marcílio Penachioni

DESPACHO

O v. acórdão regional, confirmando a r. sentença de 1º grau, entendeu que o autor, dispensado do cumprimento do aviso prévio, faz jus ao percebimento da multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias (art. 477, "b", § 6º da CLT).

Irresignada, recorre de revista a empresa, com fulcro, nas alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT. Transcreve jurisprudência para confronto e indica como violados os arts. 487, 477 e seus parágrafos da CLT.

Todavia, inviável é o apelo. Os arestos trazidos à colação às fls. 78 e 86 deservem ao fim colimado, visto que são fotocópias não autenticadas, em desobediência ao art. 830 da CLT. Com efeito, a transcrição de julgados a cotejo deve observar os requisitos do Enunciado 38/TST, e a juntada de cópia de arestos sujeita-se à disposição do art. 830 da CLT. Inobservadas tais regras, impossível o confronto de teses. É iterativa, notória e atual a jurisprudência da Seção de Dissídios Individuais nesse sentido (E-RR-6.386/85 - Ac. SDI-3.736/89). Incide, no particular, o Enunciado 42 da Súmula do TST. De outro lado, a ementa transcrita à fl. 73, in fine, é inespecífica, encontram-se no óbice no Enunciado 296 da Súmula do TST, eis que trata de aviso prévio cumprido em casa, à disposição do empregador, hipótese esta que não é a dos autos, onde a r. decisão regional, soberana em matéria da prova, consignou que o autor foi dispensado do seu cumprimento. Por fim, inócuentes as indicadas infringências legais (arts. 487, 477 e §§ da CLT), tendo em vista o caráter interpretativo da matéria, o que atrai a incidência do Enunciado 221 da Súmula do TST.

Assim, com fulcro no § 5º, do art. 896 da CLT, nego prosseguimento à revista.

Publique-se.

Brasília, 22 de junho de 1992.

MINISTRO ANTONIO AMARAL
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-41.108/91.6

RECORRENTE: CIA. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

ADVOGADO : Dr. Emmanuel Carlos

RECORRIDO : SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO.

ADVOGADO : Dr. Graciano João Abambres

DESPACHO

Tendo em vista que o objetivo do depósito recursal é a garantia da instância, o montante efetuado à fl. 108 não satisfaz o requisito legal, por representar um valor apenas simbólico. Afastada a carência de ação, caberia ao órgão a quo arbitrar novo valor à condenação e intimar a parte para cumprir a determinação. Dessa forma, devolvo os autos à origem, a fim de que o Regional providencie nesse sentido, em atendimento ao item III da Instrução Normativa nº 02/91 do TST.

Após, voltem-me conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília, 22 de junho de 1992.

MINISTRO ANTONIO AMARAL
Relator

PROC. nº TST-RR-50.682/92-2

Recorrente : CIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC

Advogada : Drª Maria Antonieta Mascaro e Dr. José A. Couto Maciel

Recorrido : JOÃO DAMACENO DE CARVALHO

Advogado : Dr. Agenor Barreto Parente e Dr. Sid H. R. de Figueiredo

DESPACHO

Trata-se de demanda ajuizada por empregado aposentado de empresa do Município de São Paulo, em que pleiteia complementação aos seus proventos.

A decisão regional, mantendo a sentença, aplicou a prescrição parcial e, no mérito, afirmou que no conceito de salários não mais envolve aqueles habitualmente percebidos como "os adicionais que a reclamada estava obrigada a pagar por força de decisão transitada em julgado."

Dá a revista em que a empresa insiste na incidência da prescrição total e quanto a complementação pleiteada diz que repercutiu apenas sobre o salário normal, escoimado de "qualquer outro adicional". Isso porque os contratos benéficos se interpretam restritivamente. Argui violação do art. 11 da CLT, art. 1.090 do CCB e dos incisos II e XXXVI do art. 5º da C.F. Indica ainda arestos a confronto.

O recurso não vinga.

O entendimento regional em torno da prescrição afigura-se-me razoável, eis que é jurisprudência dominante neste TST a aplicação da prescrição parcial em se tratando de complementação de aposentadoria. Incidente o Enunciado nº 221/TST no tocante a pretendida ofensa ao art. 11 consolidado.

Quanto aos arestos colacionados, fls. 141 e 142, por limitarem-se a debater apenas sobre a gênese da ação, o momento em que é violado o direito, do qual flui o prazo prescricional, mostram-se inespecíficos. Mister se fazia que aludissem a complementação de aposentadoria, inexistindo assim o necessário conflito de teses, eis que restou inatacado um dos fundamentos da decisão regional. Incidente o Enunciado nº 23/TST.

Ainda que assim não fosse, imprestáveis os julgados, por que oriundos de Turma deste TST.

No que concerne ao mérito propriamente dito, não se tem como verificar as pretendidas afrontas as normas legais invocadas. Isso porque, a teor do Enunciado nº 297/TST, faz-se necessário o explícito questionamento dos preceitos legais, que a parte diz violados na revista.

No uso das prerrogativas conferidas pelo art. 896, § 5º da CLT, nego seguimento a revista.

Publique-se.

Brasília, 22 de junho de 1992.

MINISTRO ANTONIO AMARAL

Relator

Proc. nº TST-RR-47.003/92.4

Recorrente: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

Advogado : Dr. Robinson Neves Filho

Recorrido : GENOVEVA FREIRE D'AQUINO

Advogado : Dr. Celso Teixeira Costa

DESPACHO

Ante o documento de fls. 279-87, as partes dão notícia de terem transacionado, o que forçosamente prejudica o julgamento da Revista empresarial.

Determino a baixa dos autos à MM. JCJ de origem a fim de que examine o acordo referido e proceda como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 17 de junho de 1992.

MINISTRO ANTONIO AMARAL

Relator

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATO Nº 9.876, DE 22 DE JUNHO DE 1992

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 09/GAB.ST, de 15 JUN 92, resolve

DESIGNAR o Sr. MÁRIO AUGUSTO DE SOUZA, Oficial de Gabinete, do Gabinete do Ministro Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles, para, em conformidade com o disposto no artigo 38, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, substituir, automaticamente, o titular do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Ministro, código STM-DAS-101.5, em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 37ª SESSÃO, EM 16 DE JUNHO DE 1992 - TERÇA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de

Sant'Anna, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Ausente o Ministro Everaldo de Oliveira Reis.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suelly Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- **APELAÇÃO 46.679-9 - DF** - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 07.04.92, que absolveu o Sd Ex PEDRO LOPES FAUSTINO FILHO, do crime previsto no art 187 do CPM. Adv Dr Ivan Peixoto da Silva.- Prosseguindo no julgamento interrompido em Sessão de 11.06.92, após pedido de vista formulado pelo Ministro PAULO CÉSAR CATALDO, o Tribunal decidiu, **POR MAIORIA**, negar provimento ao apelo para manter a Sentença a quo, acrescentando, porém, à sua fundamentação o artigo 39 do CPM, contra os votos dos Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES (Revisor), JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, CHERUBIM ROSA FILHO, WILBERTO LUIZ LIMA e EDUARDO PIRES GONÇALVES que davam provimento ao recurso, para condenar o apelado a 07 meses de prisão, como incurso no art 187, c/c o art 59, ambos do CPM. (O MINISTRO LUIZ LEAL FERREIRA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **RECURSO CRIMINAL 6.035-4 - RS** - Relator Ministro Aldo Fagundes. **RECORRENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria da 3ª CJM. **RECORRIDA:** A Decisão da Exmª Srª Juíza-Auditora da 1ª Auditoria da 3ª CJM, de 14.04.92, que rejeitou a denúncia oferecida contra o Sd Ex SANDRO CAN TONI, incurso no art 264, c/c o art 266, tudo do CPM. Advª Drª Benedita Marina da Silva.- **POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao recurso para, cassando o despacho impugnado, receber a denúncia, determinando a baixa dos autos ao Juízo a quo, para seu prosseguimento. (O MINISTRO LUIZ LEAL FERREIRA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.655-0 - RS** - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** EDSON GEORGE DE DEUS, 2º Sgt Aer, condenado a 03 meses de detenção, incurso no art 195 do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM, de 12.02.92. Advs Drs João Bosco Laner e Sílvio Paulo Araldi.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (Na forma do art 71 do RI, o julgamento foi realizado em Sessão Secreta). (O MINISTRO LUIZ LEAL FERREIRA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.677-2 - DF** - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** VALDECIR JOSÉ DE OLIVEIRA, Sd Ex, condenado a 04 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 189, inciso I, parte final, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 06.04.92. Adv DT Alexandre Lobão Rocha.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (O MINISTRO LUIZ LEAL FERREIRA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.648-7 - SP** - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Raphael de Azevedo Branco. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 3ª Auditoria da 2ª CJM e DAVI FREITAS OLIVEIRA, civil, condenado a 06 meses de detenção, incurso, por desclassificação, no art 259, § 1º do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 2ª CJM, de 06.02.92. Advª Drª Mariangela D'Addio Gramani.- Na forma do art 11, inciso IX do Regimento Interno, foi dado provimento aos apelos para, reformando a Sentença a quo, absolver o réu com fulcro no art 439, letra "b", do CPPM. Os Ministros ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA (Relator), RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO (Revisor), JORGE JOSÉ DE CARVALHO, EDUARDO PIRES GONÇALVES e JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO negavam provimento aos recursos. O Ministro CHERUBIM ROSA FILHO votou no sentido de declarar incompetente a Justiça Militar para apreciar o feito, com fundamento no art 124 da CF. (O MINISTRO LUIZ LEAL FERREIRA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

- **APELAÇÃO 46.622-3 - DF** - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Cherubim Rosa Filho. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM e MARCÍLIO LIMA DE MELO, Sd PM/DF, condenado a 06 anos de reclusão, incurso no art 205 do CPM, com pena acessória de exclusão da Polícia Militar, com o direito de apelar em liberdade concedido por decisão do Exmª Sr Ministro Vice-Presidente no exercício da Presidência do STM, de 02 de janeiro de 1992, nos autos do Habeas Corpus nº 32.811-4, referendada pelo Tribunal em 03 de fevereiro de 1992. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 09.12.91. Adv Dr Milton Schelb Filho.- (**SESSÃO SECRETA**).

- **APELAÇÃO 46.685-3 - DF** - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **APELANTE:** ANTONIO JOSE DA SILVA FILHO, Sd Ex, condenado a 04 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 189, inciso I, parte final, tudo do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 30.04.92. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.564-2 - PR** - Relator Ministro Aldo Fagundes. Revisor Ministro Cherubim Rosa Filho. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 5ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 02.10.91, que absolveu os civis SALA HEDINE ALI EL DAYER e ANWAR MOHAMMAD MAKKI, do crime previsto no art 318 do CPM. Advs Drs José Francisco Pereira, Emmanuel A.O. Carlos, Argeu Miranda Machado, Sílvio Batista, Lucilene Machado Carlos e Olímpio G.J. Marques.- (**SESSÃO SECRETA**).

- **QUESTÃO ADMINISTRATIVA 252-6 - RJ** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES, Juiz-Auditor Substituto da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM; FRANCISCO FERNANDES RODRIGUES, Juiz-Auditor da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM; EDMUNDO FRANCA DE OLIVEIRA, Juiz-Auditor da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM e ROBERTO DE LIMA E SILVA, Juiz-Auditor Substituto da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, requerem correção monetária sobre valores recebidos em decorrência da aplicação da Lei nº 7.723, de 12 de dezembro de 1989.- (**SESSÃO SECRETA**).- **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal deferiu o pedido, cabendo à Presidência tomar as

providências cabíveis. O Ministro CHERUBIM ROSA FILHO (Relator), embora deferisse o pleito dos requerentes, condicionava o pagamento da correção à existência de recursos orçamentários adicionais específicos, no que foi acompanhado pelos Ministros WILBERTO LUIZ LIMA, JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO e EDUARDO PIRES GONÇALVES. O Ministro PAULO CÉSAR CATALDO absteve-se de votar.

Publicam-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, as decisões relacionadas com os processos julgados na 35ª Sessão, em 09.06.92:

- **APELAÇÃO 46.592-8 - RJ** - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTES:** JAIRO FERNANDES, Sd Ex, condenado a 04 anos de reclusão, incurso no art 240, § 6º, inciso IV, c/c os arts 53, § 2º, inciso II, e 73, tudo do CPM, com o direito de apelar em liberdade; VALDEMIRO SCARTON FILHO e ROMULO CÉSAR OLIVEIRA DE MENEZES, civis, condenados a 03 anos de reclusão, incursos no art. 240, § 6º, inciso IV do CPM, com o direito de apelar em liberdade; e ROBINSON RODRIGUES PEREIRA, civil, condenado a 02 anos de reclusão, incurso no art 240, § 2º, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos e com o direito de apelar em liberdade. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 13.11.91. Advª Drª Lúcia Maria Lobo.- **POR UNANIMIDADE**, foi rejeitada a preliminar suscitada pela Defesa do Sd Ex JAIRO FERNANDES e, **NO MÉRITO**, dado provimento parcial ao apelo do referido militar para, mantendo a condenação, reduzir-lhe a pena a 03 anos, 07 meses e 06 dias de reclusão, com a aplicação da pena acessória de exclusão das Forças Armadas, ex vi do art 102 do CPM, e negado provimento ao recurso dos demais apelantes. **POR MAIORIA**, foi fixado o regime aberto para o cumprimento inicial da pena, na forma do art 33, § 2º, letra "c", do CP, c/c o art 110 da Lei nº 7.210/84, contra o voto do Ministro RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO que fixava o regime semi-aberto. (O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.661-6 - RJ** - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 23.03.92, que absolveu o Sd Ex CLÁUDIO CÉSAR DA SILVA, do crime previsto no art 187 do CPM. Advª Drª Clarice do Nascimento Costa.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

- **APELAÇÃO 46.652-7 - PA** - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 8ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, de 17.02.92, que absolveu o 3º Sgt Mar MAX ALEXANDRE PORPHIRIO, do crime previsto no art 188, inciso I, c/c o art 189, inciso I, tudo do CPM. Adv Dr José Oponcio de Oliveira Filho.- **POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao apelo para, reformando a Sentença a quo, condenar o recorrido a 03 meses de prisão, como incurso no art 188, inciso I, c/c os arts 189, inciso I, e 59, tudo do CPM. (O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

Republica-se, na íntegra, por ter saído com incorreção, a Apelação nº 46.358-5, constante da Ata da 86ª Sessão, publicada no DJ nº 246, de 19.12.91:

- **APELAÇÃO 46.358-5 - AM** - Relator Ministro Paulo César Cataldo. Revisor Ministro Cherubim Rosa Filho. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Especial de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 28.02.91, que absolveu os acusados Ten Cel Ex KERENSKI DA CUNHA MONTE, do crime previsto no art 303, § 2º; Ten Cel Ex LUIZ CARLOS FORTES BUSTAMANTE SÁ, do crime previsto no art 303, § 3º; 1º Ten Temp Ex UBIRACY COZENDEY SÉPULVIDA, dos crimes previstos nos arts 303, § 1º, 320 e 321 c/c o art 79; os civis MARI GÍDIO DEMASI e LUIZ FERNANDO DEMASI, do crime previsto no art 254, todos do CPM. Advs Drs Benedito de Jesus Pereira Tavares, Antonio Jurandy Por to Rosa e Domingos Jorge Chalub. (**SESSÃO SECRETA**).- **POR UNANIMIDADE**, foram rejeitadas as preliminares suscitadas e, **NO MÉRITO**, negado provimento ao apelo do MPM, com relação ao Ten Cel Ex KERENSKI DA CUNHA MONTE para manter a Sentença absolutória, alterando, porém, a fundamentação para a alínea "e" do art 439, do CPPM. **POR MAIORIA**, foi negado provimento ao apelo relativamente ao Ten Cel Ex LUIZ CARLOS FORTES BUSTAMANTE SÁ, mantendo a sua absolvição, porém, com fundamento no art 439, letra "e", do CPPM. Os Ministros GEORGE BELHAM DA MOTTA e RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO davam provimento parcial ao apelo do MPM para condenar a 03 meses de suspensão do exercício do posto, ex vi do art 324 do CPM. Ainda, **POR MAIORIA**, foi dado provimento parcial ao apelo do MPM quanto ao 1º Ten Temp Ex UBIRACY COZENDEY SÉPULVIDA para, reformando a Sentença a quo, condená-lo à pena de 04 anos de reclusão, como incurso no art 303, § 1º, do CPM, fixando o regime aberto para o cumprimento inicial da pena, na forma do art 110 da Lei nº 7.210/84, c/c o art 33, § 2º, alínea "c", do CP; condenar os civis MARI GÍDIO DEMASI e LUIZ FERNANDO DEMASI, à pena de 01 ano de reclusão, por infringência ao art 254 do CPM, concedendo-lhes o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos, nas condições previstas no art 626 do CPPM, determinando ao Juiz a quo a realização da audiência admonitória, nos termos do art 611 do CPPM. Os Ministros PAULO CÉSAR CATALDO (Relator), ALDO FAGUNDES e ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA negavam provimento ao apelo do MPM relativamente a UBIRACY COZENDEY SÉPULVIDA, MARI GÍDIO DEMASI e LUIZ FERNANDO DEMASI, mantendo a Sentença de 1ª instância. O Ministro PAULO CÉSAR CATALDO (Relator) fará voto vencido. (O MINISTRO ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

A Sessão foi encerrada às 19:15 horas.

Processos em mesa:

Apel 46.561-8(ER/ST)1ª/3ª proc 006/89-6 Advs Benedita M.da Silva/outra
Apel 46.580-6(ER/EG)1ª/3ª proc 511/91-4 Advªs Benedita M.da Silva/outra
Apel 46.641-0(ST/ER)Aud 1ª proc 020/91-1 Adv Waldenito Costa Lins
Apel 46.614-2(JS/ST)Aud 5ª proc 032/90-1 Advª Anne Elisabeth N.de. Oliveira
Apel 46.654-1(RF/EG)2ª ex proc 016/91-2 Advªs Teresa da S.Moreira/outra
Apel 46.585-7(ER/PC)Aud 12ª proc 514/91-0 Adv Benedito de J.P.Tavares
Apel 46.568-5(ER/AN)2ª Mar proc 008/91-3 Advª Tania Sardinha Nascimento

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 080

- Recurso Criminal nº 6.034-6 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Adv Dr Ariosvaldo de Goes Costa Homem.
- Recurso Criminal nº 6.036-6 - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho.
- Recurso Criminal nº 6.038-9 - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Adv Dr Airton Fernandes Rodrigues.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

O Tribunal realizará Sessão Extraordinária em 29.06.92, Segunda-Feira, com início às 13:30 horas.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 23/06/92

929006621-0 HC / 69416
AUTOR : MARIO GUEDES JUNIOR
REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RONDONIA
PACTE : NILSON BRITO DOS SANTOS

TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. : 1

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.J. EM 23/06/92

910004448-2 AR / 285-0
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : ANTONIO PETRAGLIA FILHO

910012347-1 RHC / 1305-0
AUTOR : NACIF BUSSAF
REU : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIAO
PACTE : ALBERT SHAYO
PACTE : HAIM SHAYO

910014352-9 RHC / 1406-0
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
REU : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PACTE : ANTONIO CHIADE MERJAN
PACTE : JOSE ROCHA GIONGO JUNIOR

910014549-1 AR / 308-0
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : INEMAR BAPTISTA PENNA MARINHO

910016052-0 MS / 1146-0
AUTOR : JACQUES FERREIRA DE ARAUJO
AUTOR : FRANCISCO IVAN BARBOSA
AUTOR : NELSON PINTO DA SILVA
REU : MINISTRO DE ESTADO DA AERONAUTICA

910016232-9 RESP / 13564-0
AUTOR : TARCISIO FURTADO DE MENDONCA
REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

910020978-3 RESP / 15588-0
AUTOR : NILDRO MOLINARI
REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO

910021236-9 RESP / 15704-0
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO
REU : FERNANDO MORETTI OU FERNANDO MORELLINI OU FERNANDO MORETI OU EVANDRO VIEIRA NUNES

910021338-1 RESP / 15758-0
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO
REU : JOSE PINHEIRO FRANCO

910021503-1 RESP / 15879-0
AUTOR : RICARDO JOB DE OLIVEIRA
REU : MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL

910021504-0 RESP / 15881-0
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
REU : BERNARDO AUGUSTO DA VEIGA

910021611-9 RHC / 1639-0
AUTOR : ALBERTO ZACHARIAS TORDON
REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO
PACTE : JOAO HAUY

910021808-1	AG / 16757-0 AUTOR : NAVEGACAO MANSUR LTDA REU : NACIONAL COMPANHIA DE SEGUROS	AUTOR : MOBILINEA S/A IND/ E COM/ DE MOVEIS AUTOR : SOCIEDADE INTERCONTINENTAL DE COMPRESSORES HERMETICOS SICOM LTDA
910022088-4	MS / 1349-0 AUTOR : HILTON TUPY CARVALHO DE MENDONCA REU : MINISTRO DE ESTADO DA MARINHA	AUTOR : FERRAKREBS COM/ DE FERRAMENTAS ESPECIAIS LTDA REU : SEGUNDA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
910022181-3	RHC / 1662-0 AUTOR : JOAO DE DEUS GOMES REU : TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAULO PACTE : YVONE BARREIROS MOREIRA PACTE : HELIO SPINOLA COSTA PACTE : LAZARA CARLOS CALIMERIO OU LAZARA COSTA CALIMERIO PACTE : ALVARO CARVALHO DA SILVA	920006145-1 RESP / 20059-7 AUTOR : EDIUDA SILVA PINTO REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
910023965-8	PRC / 10-0 AUTOR : INEMAR BAPTISTA PENNA MARINHO REU : UNIAO FEDERAL DEPREC : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	920006709-3 AG / 20159-9 AUTOR : MAURICIO SAMWAYS NETO REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
910023998-4	RHC / 1695-0 AUTOR : JORGE MOISES JUNIOR REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS PACTE : ANTONIO GALVAO DIAS NASCIMENTO	920006797-2 AG / 20206-3 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS REU : HELENA GRECO
910024359-0	MS / 1418-0 AUTOR : ATILIO VIDAL DI MAIO REU : MINISTRO DE ESTADO DA AERONAUTICA	920006838-3 HC / 1208-1 AUTOR : PEDRO MILTON DE BRITO REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA PACTE : IRACI ALVES BORGES SILVA PACTE : LUIZ CARLOS DE MIRANDA SANTOS
920001382-1	CC / 2691-0 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : WALQUIRIA DE CASSIA GONCALVES FORTE SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA 20A VARA CRIMINAL DE SAO PAULO-SP SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA CRIMINAL - SP	920006984-3 CC / 2917-9 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : EVERALDO DE GOIS SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUERITOS E POLICIA JUDICIARIA DE SAO PAULO-SP SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE GUAIRA-PR
920001653-7	RHC / 1786-0 AUTOR : PAULO EDUMUNDO AUGUSTO LOPES REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PACTE : ANTONIO CARLOS DE SOUZA	920007008-6 RHC / 1890-6 AUTOR : JOSE AMERICO DE SALES ABRANTES PACTE : JOSE AMERICO DE SALES ABRANTES REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
920001657-0	RHC / 1790-0 AUTOR : JOSE RAIMUNDO DE ARAUJO DINIZ REU : TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAULO PACTE : ROBERTO CARLOS IZIDORO OU ROBERTO CARLOS ISIDORO	920008090-1 HC / 1227-5 AUTOR : RONEY FLAVIO RODRIGUES BERNARDES REU : DESEMBARGADOR RELATOR DA APELACAO CRIMINAL 11481 DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL PACTE : MARIA DAS GRACAS LEITE
920003896-4	AG / 19357-0 AUTOR : ESTADO DE SANTA CATARINA REU : SEBASTIAO BONNASSIS DE ALBUQUERQUE	920009793-6 RESP / 21532-1 AUTOR : GALA FRIGORIFICOS LTDA REU : GLENA AZAMBUJA CENTENO REU : FIRMINO ANTONIO JACQUES BRANCO
920004267-8	AG / 19407-0 AUTOR : CEPEL CONSTRUTORA DE ESTRADAS PAVIMENTACAO E ENGENHARIA LTDA REU : JOSE MASCARENHAS ROCHA REU : ESTADO DA BAHIA	920012538-7 MS / 1717-0 AUTOR : DARCI RODRIGUES DE SOUZA REU : MINISTRO DE ESTADO DA MARINHA
920004291-0	AG / 19425-0 REU : NEY CANDEIAS DE SOUZA SOARES AUTOR : ESTADO DA BAHIA	920013040-2 HC / 1320-6 AUTOR : ANTENOR ANTONIO GOULART CRUZ REU : DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL PACTE : ANTENOR ANTONIO GOULART CRUZ
920004497-2	RESP / 19211-0 AUTOR : LUIZ GONCALVES DA SILVA REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO	920014161-7 RESP / 23362-1 AUTOR : IVANA LUCIA DAHER REU : CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO
920004827-7	RESP / 19422-0 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA REU : APARECIDO TAMEIRAO	920014192-7 CC / 3135-6 AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA REU : ALFREDO NARCHI FILHO SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE EXECUCOES FISCAIS DE SAO PAULO-SP SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 3A VARA CIVEL DE BARRA DO GARCAS-MT
920004904-4	AG / 19665-0 AUTOR : CIQUINE-CIA/ DE INSUSTRIAS QUIMICAS S/A REU : UNIAO FEDERAL	920014194-3 CC / 3137-0 AUTOR : SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SAO PAULO REU : LANCHES MAC-FIL LTDA SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA 39A VARA CIVEL DE SAO PAULO-SP SUSCDO : OITAVA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SAO PAULO-SP
920004953-2	RESP / 19451-0 AUTOR : JOSE CARLOS MADEIRA DA SILVA REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	920014196-0 CC / 3139-3 AUTOR : LECYR AMARO PINHEIRO REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS SUSCTE : QUADRAGESIMA SETIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO-RJ SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 12A VARA - RJ
920005413-7	MS / 1559-0 AUTOR : HERCULES MACHADO AUTOR : ALVARO RODRIGUES NOBLAT AUTOR : RAIMUNDO PEREIRA DE MENEZES REU : MINISTRO DE ESTADO DA MARINHA	920014198-6 CC / 3140-0 AUTOR : HEITOR SEARA JUNIOR REU : UNIAO FEDERAL SUSCTE : QUADRAGESIMA SETIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO-RJ SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 15A VARA-RJ
920005753-5	RMS / 1570-0 AUTOR : METALURGICA CARTO LTDA ORIGEM : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3a. REGIAO IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-SP REU : FAZENDA NACIONAL	
920005977-5	AG / 20021-0 AUTOR : JOSE CARLOS GOWASKI REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
920006068-4	MS / 1582-2 AUTOR : ICA TELECOMUNICACOES LTDA AUTOR : BENETTI MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA AUTOR : ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS S/A AUTOR : ADRIA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA AUTOR : ALBA QUIMICA IND/ E COM/ LTDA AUTOR : FERGO S/A IND/ IMOBILIARIA AUTOR : GEA DO BRASIL INTERCAMBIADORES LTDA AUTOR : MARTINI E ROSSI LTDA	